



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	5932/989/16
Poder	LEGISLATIVO
Município	Santo Antônio do Pinhal
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL
Período	12/2017
Relator	Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora	UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
Responsável	Luiz Inacio Batista
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	039.866.548-60
Período de Gestão	01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 0.00	R\$ 156.996,32

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 83.860,12	R\$ 147.413,44	R\$ 9.582,88

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 239,08	R\$ 83.621,04	R\$ 78.498,22

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2016	R\$ 601.959,49	R\$ 22.881.814,16	2,6307%	6,0000%
4/2017	R\$ 608.810,67	R\$ 22.325.999,70	2,7269%	6,0000%
8/2017	R\$ 628.028,85	R\$ 23.992.719,00	2,6176%	6,0000%
12/2017	R\$ 657.837,29	R\$ 22.881.669,43	2,8750%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 608.754,43	R\$ 23.918.694,84	2,5451%	2,5451%
7/2017	R\$ 625.039,80	R\$ 23.600.798,97	2,6484%	2,5451%
8/2017	R\$ 628.028,85	R\$ 23.992.719,00	2,6176%	2,5451%
9/2017	R\$ 636.312,25	R\$ 24.436.665,39	2,6039%	2,5451%
10/2017	R\$ 644.239,54	R\$ 24.078.571,23	2,6756%	2,5451%
11/2017	R\$ 649.790,29	R\$ 23.608.270,71	2,7524%	2,5451%
12/2017	R\$ 657.837,29	R\$ 22.881.669,43	2,8750%	2,5451%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,8750%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2017, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 182.444,42
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 16.864,69
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 165.579,73
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 106.827,47
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 239,08
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 106.588,39
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-35,6272%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do

Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

2.5 - GF52 - Dívida de Curto Prazo

Nomenclatura	Saldo Período Anterior	Movimento do Período		Saldo Para o Período Seguinte
		Inscrição	Baixa	
<u>Restos a Pagar Processados</u>	R\$ 0,00	R\$ 239,08	R\$ 0,00	R\$ 239,08
<u>Restos a Pagar Não Processados</u>	R\$ 156.996,32	R\$ 83.621,04	R\$ 156.996,32	R\$ 83.621,04
Consignações	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Depósitos	R\$ 0,00	R\$ 115.938,51	R\$ 115.938,51	R\$ 0,00
Outros	R\$ 0,00	R\$ 1.143.429,80	R\$ 986.433,48	R\$ 156.996,32
Total	R\$ 156.996,32	R\$ 1.343.228,43	R\$ 1.259.368,31	R\$ 240.856,44

2.6 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 47,20%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 1.020.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 40.769,33
Despesas com folha de pagamento	R\$ 502.953,88
Despesa com folha/Transferências realizadas	47,20%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.7 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 14.329.221,67
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 159.898,92
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	1,12%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 1,12%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.8 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	6767
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 14.329.221,67
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.003.045,51
Total de Despesas do exercício	R\$ 967.430,96
Percentual Apurado	6,75%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 6,75%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 06/04/2018

Hora da Geração: 22:16:34